



ATA DA 5ª SESSÃO LEGISLATIVA DO TERCEIRO ANO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE AREZ/RN, DA LEGISLATURA 2021-2024, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2023.

No 16º (décimo sexto) dia do mês de março do ano de 2023, precisamente às 9h, no Palácio José Ferreira de Carvalho, se reuniram os vereadores da Câmara Municipal de Arez, Estado do Rio Grande do Norte, em sua sede própria, sito a Praça Getúlio Vargas, 280, Centro, sob a presidência do Exmo. Sr. Arlindo Dias de Lima, secretariado pelos nobres Vereadores: Eclécio Fernandes da Cunha e Roosevelt Delano de Menezes Alves, 1º e 2º Secretários, respectivamente. O Sr. Presidente declarou aberta a sessão legislativa e agradeceu a presença dos colegas parlamentares e do público presente à reunião. Agradeceu também aos cidadãos que acompanharam a reunião através das redes sociais. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente pediu que fosse executado o hino nacional brasileiro. Na sequência, o 1º Secretário, Eclécio Fernandes, fez a leitura da ata da 4ª sessão ordinária realizada na data de 08 de março de 2022, sendo aprovada pela unanimidade dos vereadores. Foram lidas as seguintes matérias: **Ofício nº 06/2023-GAB**, em atenção à Lei de Responsabilidade Fiscal-LC 101/2000, apresentando ao Poder Legislativo Municipal o RGF – Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Municipal, referente ao 3º Quadrimestre de 2022; **Moção nº 01/2023**, de autoria do Vereador **Arlindo Dias de Lima**: Moção de Aplaosos pelo Dia Internacional da Mulher; **Requerimento nº 05/2023**, de autoria do Vereador **Kleyber Basílio Chacon**, o qual requer a entrega do título de cidadão arezense ao Sr. Deputado Federal Luiz Benes Leocádio de Araújo; **Requerimento nº 06/2023**, de autoria do Vereador **Kleyber Basílio Chacon**, o qual solicita ao Poder Executivo que o mesmo envie para o Deputado Federal Luiz Benes Leocádio de Araújo um ofício solicitando ao mesmo uma emenda para a construção de um galpão industrial para costura. Na sequência, o Sr. Presidente colocou em votação a sua Moção de Aplaosos pelo Dia Internacional da Mulher, à qual todos os vereadores deram o seu voto favorável. Logo em seguida, colocou em votação o Requerimento nº 05/2023 e o Requerimento nº 06/2023, ambos de autoria do Vereador Kleyber Basílio Chacon. Estas proposições tiveram a aprovação unânime dos colegas parlamentares, ressaltando o voto contrário do Vereador Breno Lins ao Requerimento nº 05/2023. Após a votação das matérias, o Sr. Presidente facultou a palavra aos colegas parlamentares. O nobre Vereador **Breno Lins** pediu a oportunidade e, inicialmente, cumprimentou a todos e, em seguida, discorreu sobre um assunto que, segundo o vereador, já vem sendo debatido há vários dias através das redes sociais, mas que ainda não abrange a toda a população, referindo-se a documentações do Ministério Público e da CGU referentes a uma adesão feita pelo município de Arez a uma Ata de Registro de Preços de uma licitação feita no município de Lages/RN com a empresa MC Soluções na contratação de profissionais da saúde. Com relação a esse assunto, falou sobre uma auditoria feita pela CGU no município que constatou diversos indícios de irregularidades nas pesquisas mercadológicas com empresas com vínculos entre si: o que para o nobre vereador pode ser considerado como fraude. Disse ainda que o Ministério Público fez recomendações ao prefeito municipal sobre o assunto em

questão, porém foram descumpridas pelo gestor, inclusive a assinatura do Termo de Ajuste de Conduta para rescindir, o mais breve possível, o contrato com a MC Soluções – segundo o vereador. Continuando, leu para o conhecimento de todos alguns detalhes inclusos na Minuta do Ministério Público que relatam a possibilidade de crime de improbidade administrativa cometido pelo gestor do município por violação à regra do concurso público e aos princípios norteadores da atividade administrativa. O nobre Vereador concluiu a leitura na qual recomenda que seja enviada cópia do referido inquérito civil ao presidente desta Câmara Municipal e para o sindicato dos médicos para conhecimento e para que fiscalize as ações do Poder Executivo. Ainda com a palavra, o nobre vereador falou sobre outro assunto referindo-se a uma contratação realizada através de pregão eletrônico para ultrassonografias. Segundo o vereador, a empresa MC Soluções impugnou o edital da referida licitação solicitando que fossem inseridos dois itens no edital que restringiria muito mais a participação ampla de empresas no referido certame: o que foi acatado pelo pregoeiro; porém, mesmo assim, a referida empresa não participou do certame: o que causou estranheza no vereador. Segundo o vereador, o edital foi retificado, republicado e na sequência houve a licitação. Sendo desclassificadas duas empresas que apresentaram menor preço (pelo motivo do pedido de impugnação da empresa MC Soluções), tendo como vencedora a terceira empresa de nome: M Juciane da Silva ME que apresentou a proposta de R\$ 385.000,00. Ainda com a palavra, o nobre vereador entendeu ter havido coincidência pelo fato de a empresa M Juciane da Silva ME, vencedora do certame, recém criada em maio de 2022, cujo primeiro serviço prestado foi numa dispensa de licitação no valor de R\$ 17.000,00, ter celebrado com este município um contrato no valor de R\$ 385.600,00. Com relação a essa contratação, o nobre vereador, embasado na Lei 8.666/93, apresentou os seguintes requisitos básicos que são: habilitação jurídica, habilitação fiscal, habilitação técnica, econômica e financeira. Depois, questionou o Atestado de Capacidade Técnica referente à empresa vencedora, assinada pelo secretário de saúde do Município de Pedra Preta, Izailson Leocádio de Araujo, no qual deveria constar que a empresa tenha executado serviços compatíveis, semelhantes em características e quantidades. Ainda com a palavra, o nobre vereador fez outro questionamento com relação a outra contratação celebrada pelo município no ano de 2021 com a empresa José Hortêncio, no valor de R\$ 73.000,00, para a compra de 6.000 mil marmitas, as quais seriam destinadas aos policiais do município. Segundo o vereador, teve mês que a empresa contratada emitia nota fiscal no valor equivalente a 508 refeições, sabendo-se que no município não existem mais de quatro policiais, e questionou o número exagerado de marmitas para um efetivo tão pequeno de policiamento. Continuando, o nobre vereador questionou outro pregão eletrônico, realizado no ano de 2022, no valor de R\$ 180.000,00, para a compra de 12.000,00 marmitas, e questionou o atestado de capacidade técnica referente à empresa, que é sediada no município, assinada pelo presidente da CPL que, segundo o vereador, essa competência caberia ao prefeito ou ao gestor da pasta que efetuou o contrato. Ainda com a palavra, o nobre vereador fez outro questionamento com relação a outro contrato realizado pela prefeitura municipal para a compra de material de construção, cujo edital foi impugnado por outra empresa participante a qual relatou no ato da sua impugnação que as exigências impostas no referido edital são totalmente direcionadas unicamente à empresa sediada, excluindo a competitividade de empresas sediadas em outras regiões. O nobre vereador questionou também o atestado de capacidade técnica da empresa vencedora o qual foi assinado por um proprietário de viveiros de camarão

e sem reconhecimento de firma e sem nota fiscal anexada. Na sequência, o Sr. Presidente concedeu a oportunidade ao senhor **Maurício Viana da Silva**, Diretor Executivo do IMASPE (Instituto Sócio Ambiental Mata Atlântica do Sapé), inscrito para falar, conforme solicitação feita através do Ofício nº 06/2023-IMASPE. A referida solicitação deu-se em virtude da pretensão de falar sobre as atividades praticadas pelo referido instituto no município e a sua importância para a educação ambiental dos nossos munícipes. O Sr. Maurício Viana iniciou a sua fala cumprimentando a todos e fez uma singela homenagem às pessoas de D. Zélia Viana (sua mãe) e Tarcísio Viana (seu irmão), ambos de saudosa memória, as quais fizeram parte desta Casa Legislativa como vereadores, deixando as suas representatividades junto à comunidade arezense. Logo em seguida o Sr. Maurício Viana discorreu sobre o assunto para o qual foi inscrito e deu destaque ao projeto de lei que veio a esta Casa, na data de 13 de abril de 2021, referente ao instituto que foi criado neste município por um grupo de associados também deste município. O Sr. Maurício Viana fez uma explanação sobre a importância do instituto IMASPE para o município na área social, ambiental e econômica, e solicitou dos nobres parlamentares o reconhecimento do citado instituto como de utilidade pública, o qual pode proporcionar ao município a geração de emprego e renda, proteção ambiental e crescimento econômico. Depois, falou das parcerias feitas pelo instituto, e citou algumas: Grupo de Escoteiros Jacumaúma (o qual desenvolve ações na área social, principalmente com crianças e adolescentes), o grupo de mulheres do Conjunto Florescer (com capacitação na área do artesanato local), o Projeto SOS-Mata Atlântica, FIERN, SEBRAI e IDEMA. Depois, falou sobre um recém criado projeto de meliponicultura (Incentivando os pequenos agricultores para avançar na produção de mel de abelha sem ferrão). Na sequência, citou algumas ações realizadas pelo instituto: projeto do monitoramento das águas dos rios, projeto de meliponicultura, participação no Assento do Conselho Meio Ambiente do Estado, cursos de artesanato local, parceria com alunos de doutorado da UFRN, projeto de produção de mudas de plantas nativas e projeto de apicultura. Por fim, o Sr. Maurício Viana pediu aos nobres parlamentares o reconhecimento da importância do instituto no município o qual desenvolve um trabalho educativo, social e ambiental e pediu também que os vereadores analisem o projeto de lei que tramita nesta Casa e pediu o apoio de todos na sua aprovação reconhecendo o Instituto IMASPE como de utilidade pública no município. Na sequência, o Sr. presidente fez uma indagação ao Sr. Maurício Viana com relação a uma doação de madeiras para o município e quis saber para qual órgão do município foi feita a doação e qual foi a destinação da madeira recebida, pois foi sabedor através da diretora do IDEMA que o madeiramento doado foi destinado exclusivamente para fazer o cercado do parque. O Sr. Maurício Viana informou ao Sr. Presidente que a madeira foi doada pelo IBAMA e trazida para o município através da Secretaria do Meio Ambiente. Quanto à destinação, informou que foi usada na composição de equipamentos do parque José Mulato, como também para a própria estrutura para uso do Instituto (balcões e estantes para estrutura de apresentações), além de doações para pessoas da comunidade local. Disse ainda que, ao deixar a pasta do meio ambiente, ficou um saldo da madeira doada, porém, não sabe qual foi a sua destinação. Quanto ao uso da madeira para o cercado do parque, segundo foi sabido pelo presidente, disse que não procede pelo fato da área que abrange o parque ter uma grande extensão de 82,9 hectares. O nobre Vereador **Delano Menezes**, ao fazer o uso da palavra, falou sobre o projeto de lei trazido a esta Casa pelo diretor do IMASPE, Maurício Viana, e questionou a ausência das ações desenvolvidas pelo

Instituto; porem foi informado pelo diretor do instituto que as ações podem estar inseridas na justificativa do referido projeto de lei. O Sr. Maurício Viana, ainda com a palavra, pediu aos nobres vereadores que analisassem com bons olhos a matéria que tramita nesta Casa para que o instituto possa desenvolver um trabalho que venha a atender o município. O nobre Vereador **Breno Lins** voltou a falar e sugeriu que fosse convocada a Secretária do Meio Ambiente para que apresentasse a esta Casa as ações desenvolvidas na pasta da qual é gestora, e sugeriu também que fossem convocadas as secretárias de comunicação e da saúde. O Vereador **Kleiber Chacon** pediu a oportunidade e esclareceu aos colegas vereadores que foi indagado diversas vezes pelo ex-secretário Maurício Viana a respeito do projeto de lei que tramita nesta Casa e, como presidente na época, fez a sua obrigação encaminhando a matéria às comissões para análise; porem a mesma não foi encaminhada para votação sob a alegação de possuir um conteúdo muito vago. O nobre Vereador **Emanuel Souza** pediu a oportunidade e informou aos colegas vereadores que trouxe o aludido projeto de lei a plenário no mês de abril de 2021, ao qual o assessor jurídico desta Casa deu o seu parecer favorável e encaminhou às comissões que, por sua vez, alegaram falta de alguma documentação que, posteriormente, apesar da demora, foi providenciada; porem não foi levada a plenário para votação no ano de 2022. Na sequência, o Sr. Maurício Viana encerrou a sua fala dizendo que a falta de êxito nos editais que o instituto está concorrendo dá-se pelo fato de ainda não ter sido reconhecido como de utilidade pública, e isso implica dizer que quem perde com isso é o município, e concluiu agradecendo ao presidente desta Casa e aos demais vereadores pela oportunidade. Na sequência, o Sr. Presidente agradeceu a presença do Diretor Executivo IMASPE, Maurício Viana, e, não havendo mais nada a tratar, declarou encerrada a 5ª sessão ordinária, e convidou a todos para a 6ª sessão legislativa ordinária que acontecerá na data de 23 de março de 2023. Depois, pediu que fosse lavrada a presente ata que, após ter sido lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, Arlindo Dias de Lima e pelos vereadores: Eclécio Fernandes da Cunha, 1º Secretário, e Roosevelt Delano de Menezes Alves, 2º Secretário. A esta sessão legislativa a presença dos vereadores foi unânime. O inteiro teor desta reunião foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.

Sala da Sessão da Câmara Municipal de Arez/RN, em 16 de Março de 2023.

Arlindo Dias de Lima

Presidente da Mesa Diretora

Eclécio Fernandes da Cunha

1º Secretário da Mesa Diretora

Roosevelt Delano de Menezes Alves

2º Secretário da Mesa Diretora